

A MEDIDA DA FLORESTA: AS VIAGENS DEMARCATÓRIAS DO TRATADO DE MADRI PELA AMAZÔNIA (1750 – 1761)

THE MEASURE OF THE FOREST: THE DEMARCATION TRIPS OF THE TREATY OF MADRID BY THE AMAZON (1750 - 1761)

Janaína Camilo¹

Endereço: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Parque das Universidades, Campinas, SP – Brasil.

E-mail: janainavpcamilo@gmail.com

Resumo: Este artigo foi produzido a partir da minha pesquisa de doutorado, sobretudo, as questões teóricas sobre o conceito de fronteira, especificamente aquelas que disseram respeito à formação da Amazônia Brasileira Colonial, quando das viagens de demarcação da parte norte para composição do Tratado de Madri.

Abstract: This article was produced from my doctoral research, above all, the theoretical questions about the concept of frontier, specifically those that related to the formation of the Brazilian Colonial Amazon, during the voyages of demarcation of the northern part for the composition of the Treaty of Madrid.

Palavras-chave: Amazônia; Fronteira; Tratado de Madri.

Keywords: Amazon; Border; Treaty of Madrid.

¹ Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas. Docente da Faculdade de História da Puc-Campinas.

Para que serve uma fronteira? Reflexões conceituais

A leitura dos documentos históricos e a preocupação teórica sobre o conceito de fronteira, durante minhas pesquisas de doutorado, me conduziram ao questionamento: para que servem as fronteiras? Esta questão não admite respostas a-históricas, pois as fronteiras e seus conceitos definidores dependem das construções produzidas em diferentes épocas, por personagens igualmente diversos, em função de interesses múltiplos e graus variados de envolvimento. Além disso, por agregar valores historicamente estabelecidos, melhor seria tentar entender como, ao longo do tempo, as fronteiras são construídas e entendidas.

Neste artigo, dedicado essencialmente ao estudo sobre as condições das viagens demarcatórias do Tratado de Madri, a partir das quais foi delimitado o espaço amazônico, o conceito de fronteira é central, considerando as proposições da História Cultural e observando como as fontes podem revelar detalhes sobre as incertezas, medos e os percalços a que foram expostos os homens que navegaram pelo Rio Amazonas e seus afluentes, fundando aldeamentos e vilas, construindo fortificações, povoando e catequizando as populações nativas, tudo integrado ao desenho das fronteiras amazônicas.

Portanto, não pretendemos pensar a fronteira a partir das discussões teóricas do século XIX, quando este conceito era prioridade da Geografia e da Geopolítica, sendo definido, basicamente, pela concepção derivada da mobilidade, já que a fronteira aparecia como “constituída pelos inúmeros pontos sobre os quais um movimento orgânico é obrigado a parar”². Esta definição partia do pressuposto de que a fronteira era uma linha que, por si, poderia separar duas regiões diferentes e surgiu em um período no qual se tentava estabelecer, quase nunca por vias pacíficas, o direito de propriedade em territórios que, por motivos diversos, eram palco de disputas. Além disso, à época, tratava-se da fronteira que poderia, por razões geopolíticas, dividir grupos que, embora separados por marcos fronteiriços, consideravam-se elementos de um todo maior³.

Exemplo disso, sem incorrer em anacronismos, mas apenas para exemplificar como as fronteiras eram concebidas, podemos citar as prerrogativas do Tratado de Madri que estabeleceu os marcos entre Portugal e Espanha a partir de pontos demarcatórios imprecisos:

Os sereníssimos reis de Portugal e Espanha, desejando eficazmente consolidar e estreitar a sincera e cordial amizade, que entre si professam,

² ZIENTARA, Benedikt. “Fronteira”. In: Enciclopédia Einaudi, v. 14, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, pp. 306 e 307

³ Ibidem.

consideraram que o meio mais conducente para conseguir tão saudável intento é tirar todos os pretextos, e alhanar os embaraços, que possam adiante alterá-la, e particularmente os que se podem oferecer com o motivo dos limites das duas coroas na América, cujas conquistas se têm adiantado com incerteza e dúvida, por se não haverem averiguado até agora os verdadeiros limites daqueles domínios, ou a paragem donde se há de imaginar a linha divisória, que havia de ser o princípio inalterável da demarcação de cada coroa. E considerando as dificuldades invencíveis, que se ofereceriam se houvesse de assinalar-se esta linha com o conhecimento prático que se requer; resolveram examinar as razões e dúvidas, que se oferecessem por ambas as partes, e à vista delas concluir o ajuste com recíproca satisfação e conveniência.⁴

Não nos interessa, conforme exposto no excerto, “a paragem donde se há de imaginar a linha divisória, que havia de ser o princípio inalterável da demarcação de cada coroa”, mas a vida dos homens envolvidos na jornada pela floresta e rios amazônicos cujas ordens eram de se estabelecer esta linha que separasse os limites entre as duas Coroas.

Quais seriam as “dificuldades invencíveis” que impediam o traçado dos limites fronteiriços entre as possessões de Portugal e Espanha, referidas no tratado de 1750? Como superar a “incerteza e dúvida” com que teria avançado, durante dois séculos e meio, o domínio sobre os territórios do Novo Mundo, se o “conhecimento prático” requerido para a imensa tarefa, por si, não seria suficiente para assegurar a “recíproca satisfação e conveniência”, que possibilitaria o ajuste entre as duas metrópoles?

Como se sabe, desde os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, as negociações diplomáticas nunca corresponderam à realidade de ocupação do território sul-americano. Esta situação geradora de conflitos entre as potências ibéricas alimentou demoradas negociações entre Portugal e Espanha, que se prolongou pelos Tratados de Madri, El Pardo e Santo Ildefonso⁵. Porém considerando que fronteiras não são estabelecidas pelo papel ou acordos diplomáticos, mas pela dinâmica de convivência entre pessoas, é importante ressaltar, ainda, como o conceito de fronteira foi estudado em diferentes épocas, sendo o nosso objetivo nos aproximarmos das diretrizes da História Cultural para que a ação humana possa revelar os modos de sobrevivência dos homens quando das viagens demarcatórias do Tratado de Madri, especificamente, as expedições da comissão da parte norte.

Na verdade, a noção de fronteiras políticas, entendida como a divisão espacial

4 “Trato de limites das conquistas entre os muito altos e poderosos senhores d. João V, Rei de Portugal, e d. Fernando VI, rei de Espanha, assinado em 13 de janeiro de 1750, em Madrid, e ratificado em Lisboa a 26 do dito mês, e em Madrid a 8 de fevereiro do mesmo ano”. In: SOUSA, Octávio Tarquínio, Coleção documentos brasileiros, vol. 19, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939, p.I. Existe também uma transcrição completa do Tratado em CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1956, parte 1, tomo 2, pp. 361 a 375.

5 Sobre as questões fronteiriças entre Portugal e Espanha na região amazônica, que se seguiram após o Tratado de Madri, especificamente, sobre as consequências do Tratado de Santo Ildefonso assinado em 1º de outubro de 1777, há a tese de BASTOS, Carlos Augusto de Castro. No Limiar dos Impérios: projeto, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c.1780 – c. 1820). Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013

entre diferentes nações, acompanhou também a formação dos Estados contemporâneos e, portanto, sua compreensão pode ser relacionada ao binômio fronteira/país, fazendo surgir a concepção de linearização das fronteiras materializadas nas representações cartográficas, que foram, e ainda são, os instrumentos ideais para definir, delimitar e demarcar as fronteiras, pois, para além dos traçados lineares, o mapa é também o resultado de práticas humanas e, por isso, está repleto de significados culturais e políticos.⁶

Entretanto, vale ressaltar que influências dessas ações estavam assentadas, sobretudo, nas ideias de Friedrich Ratzel, considerado o fundador da moderna Geografia Humana, o qual, sob influência da Geografia Política, criou, em 1897, a expressão “organismo vivo”, para designar a ação do Estado sobre um espaço vital, buscando conferir uma identidade comum à nação, neste caso, especificamente, preocupado com a unificação alemã. As ideias de Ratzel propõem que se estude as relações entre o homem e a natureza, não apenas sob a óptica da mediação técnica ou econômica (trabalho, progresso), mas também, e sobretudo, levando-se em consideração a mediação política⁷.

As teorias de Ratzel sempre foram alvo de muitas críticas. Sob influência de Lucien Febvre, por exemplo, a teoria da Geografia Política de Ratzel foi combatida na França, por ser considerada determinista⁸, preferindo o historiador dos Annales a teoria possibilista⁹ de Vidal de La Blache, reconhecido por ter inaugurado uma longa tradição geográfica, fundamentada na relação homem-natureza, que muito influenciou os discípulos de Bloch e Febvre, sobretudo Fernand Braudel.

O possibilismo vidaliano distinguiu-se do pretendido determinismo ratzeliano, porque este último limitou as relações Homem-Natureza a uma ação mecânica de fatores naturais sobre uma humanidade puramente receptiva¹⁰. Entretanto, vale ressaltar que, mesmo reduzindo o pensamento ratzeliano à ideia do "determinismo", Lucien Febvre não deixou de reconhecer a importância do papel de Ratzel na fundação da Geografia Humana, que se constituiu lentamente numa Geografia nova, que se convencionou chamar de Antropogeografia¹¹. As divergências entre La Blache e Ratzel, considerados expoentes da Geografia Humana, eram muitas e irreconciliáveis. Sobre essas diferenças, Guy Mercier escreveu que há nelas muito mais mito do que verdade, pois ambos aderiram à concepção geral, pela qual as condições ambientais sobre o estabelecimento humano são mediadas pela própria ação humana. A partir desse viés, os dois autores elaboraram planos teóricos de uma Geografia regional e política,

6 XAVIER, Lúcia de Oliveira. "Fronteira: reflexões sobre teorias e historiografia". In: Em tempo de História, revista de pós-graduação em História da Universidade de Brasília, ano 5, no 5, 2001, p.111.

7 ZIENTARA, Benedikt. Op. Cit., pp 306 e 307.

8 FEBVRE, L. La Tierra y La Evolución Humana/ Introducción Geográfica a la Historia. Barcelona: Editorial Cervantes, 1925, p. 25

9 MORAES, A. C. R. (org.). 1990. Ratzel. São Paulo: Ática, p. 13

10 FEBVRE, Lucien. Apud: MERCIER, Guy. « La region et l'Etat selon Friedrich Ratzel et Paul Vidal de La Blache ». Annales de Geographie, 1995, nº 583, p. 215.

11 FEBVRE, L. La Tierra y La Evolución Humana/ Introducción Geográfica a la Historia. Barcelona: Editorial Cervantes, 1925, p. 26

baseada, essencialmente, na relação homem-natureza¹².

Assim, a partir da formulação ratzeliana da representação do espaço – e não esquecendo, por paradoxal que pareça, as primeiras formulações teóricas dos historiadores dos *Annales* –, no que diz respeito diretamente a este artigo, é motivador pensar na associação interdisciplinar da História com a Geografia, com a Antropologia e a Sociologia, principalmente, através da premissa de que o espaço sofre e atua conforme a interferência humana, o que nos sugere pensar nas fronteiras da Amazônia como uma construção moderna.

A conjunção com a Antropologia pode ser percebida quando buscamos nos estudos de cultura-personalidade, que significaram muito menos a descrição minuciosa de características específicas e muito mais a explicação dada pelo observador, segundo os seus parâmetros sociais e culturais, a explicação para os traços físicos e culturais das pessoas que habitavam o vale amazônico, entre os séculos XVII e XVIII¹³. Sem incorrer em anacronismo, pois sabemos que os conceitos de caráter nacional ou de cultura-personalidade começaram a ser refutados pelas Ciências Sociais a partir do século XX, o que objetivamos é lançar mão desses pressupostos para tentar viabilizar uma discussão teórica. Contudo, isso não implica uma visão unilateral dos acontecimentos, pois não podemos desconsiderar as manifestações preconceituosas dos europeus em relação aos índios e, depois, aos negros que contribuíram para a formação do Brasil, especificamente considerando, aqui, a região Norte.

Para tanto, além da proposta de Ratzel, é importante observar as teorias de Frederick Jackson Turner, para quem não era o Estado e sim o povo o “organismo vivo” que dava mobilidade à fronteira (“*frontier spirit*”). Essa afirmação foi baseada na compreensão do lugar como o espaço de interação, de comunicação, de encontros e desencontros e, também, na percepção de sistemas territoriais diferentes e de nacionalidades distintas, permitindo ainda a tradução para a expressão de Isaiah Bowman, “vida de fronteira” (“*pioneer fringe*”) ou – por que não dizer? –, mais recentemente, “identidade de fronteira”¹⁴.

Mesmo Turner tendo direcionado sua teoria sobre a mobilidade da fronteira para analisar o processo de colonização da América do Norte, podemos utilizá-la para entender o processo de construção das fronteiras amazônicas, visto que este artigo procura sustentar-se, tematicamente, pela obra “Caminhos e fronteiras”, de Sérgio Buarque de Holanda, notadamente, no que diz respeito ao alargamento das fronteiras para o interior do Brasil. Nos sertões bravios, inclusive a Amazônia, onde os colonos e seus descendentes diretos foram mais abertos às influências da vida cultural dos naturais da terra; porém, sobre os aspectos da vida familiar e social, os princípios ainda

12 MERCIER, Guy. « La region et l'Etat selon Friedrich Ratzel et Paul Vidal de La Blache ». *Annales de Geographie*, 1995, nº 583, p. 220.

13 XAVIER, Lúcia de Oliveira. *Op. cit.*, p. 112.

14 MACHADO, Lia Osório. *Op. cit.*, p. 8

permaneceram assentados nas tradições europeias: em suma, um movimento que, ao mesmo tempo, significou a aceitação e a negação dos costumes “dos negros da terra”, o que o autor chamou de “diluição e recuperação”¹⁵.

Interessante observar, que Adilson Júnior Ishihara Brito, sob influência de John Russel-Wood, considera que a palavra sertões também sugere definição de fronteira, visto que:

(...) de maneira geral, as autoridades portuguesas e, principalmente, luso-americanas, utilizavam a expressão “fronteira” como equivalente a “sertão”, embora, nos testemunhos coevos (...) aparece de maneira muito mais significativa a palavra “sertão” ou “sertões”. Esses espaços eram caracterizados pela pouca ou nenhuma presença política, administrativa, militar, eclesiástica e/ou fiscal, nos quais habitavam aqueles sujeitos que transitavam entre os limites da ordem colonial e o dos sertões, como foi o caso dos negros que rumavam para as missões espanholas do rio Marañon e os soldados portugueses que se levantaram no fortim de Santo Agostinho. O que estava para além da vila ou da povoação era o mundo ainda não integrado à civilização, o mundo da violência, da evasão fiscal, da (des) ordem natural, enfim, o mundo da barbárie¹⁶.

Na primeira metade do século XX, um grupo de seguidores de Turner, com destaque para Ray A. Billington e Walter P. Webb¹⁷, desenvolveu um estudo comparativo, transferindo as análises do caso norte-americano para a América Latina, concluindo que, neste último caso, “os agentes de expansão não foram pioneiros em busca de novas oportunidades, mas conquistadores e bandeirantes, amparados pelo governo”, estando ausentes, segundo as teorias turnerianas, dois elementos fundamentais para a consolidação da fronteira: o individualismo e a busca contínua pelo *self-betterment*, considerados pelo teórico norte-americano como os pontos nevrálgicos para a conquista do Oeste, o que, neste caso, deve ser entendido como a superação das adversidades geográficas, cujo resultado foi o desenvolvimento dos Estados Unidos¹⁸.

Por este motivo, Sérgio Buarque de Holanda alertou para os cuidados que devemos tomar ao aplicar os esquemas de Turner às condições criadas no Brasil para sua expansão geográfica. Para ele, “o contraste entre as ações e reações dos herdeiros

15 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*, Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio, 1975, 2a edição, p. 7.

16 BRITO, Adilson Júnior Ishihara. *Insubordinados sertões: o império português entre guerras e fronteiras no norte da América do Sul – Estado do Grão-Pará, 1750 – 1820*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016, pp 16 e 17.

17 WEBB, Walter Prescott. *The Great Plains*. New York: Grosset & Duniap, 1931, pp 87-108. Apud: LOPES, Maria Aparecida de S. “Frederick Jackson Turner e o lugar da fronteira na América”. In: GUTIÉRREZ, Horacio et all. *Fronteira: paisagens, personagens, identidades*. São Paulo: UNESP/Olho d’água, 2003, p. 17.

18 Muito se escreveu sobre a fronteira, do ponto de vista dos limites do conflito armado e da perseguição; porém, alguns economistas e historiadores têm negligenciado alguns pontos, pois a fronteira americana é nitidamente distinta da fronteira europeia – uma linha fronteiriça fortificada passando através de populações densas -, pois a primeira situava-se junto à extremidade da terra livre. (TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American history*. New York: Robert e Krieger Publishing, 1976, p. 3)

de um João Ramalho, por exemplo (que a si próprio se chamou, certa vez, ‘fronteiro do Paraíba’), e as dos “*pioneers*” da América anglo-saxônica é, com efeito, tão obviamente radical quanto será, sem dúvida, o que subsiste entre as consequências próximas ou remotas que delas podem decorrer”¹⁹.

Para tentar escapar desta armadilha, é bom deixar claro que nossa leitura de Turner visa, apenas, aproveitar suas ideias relativas à fronteira móvel, pois elas nos fazem pensar nas paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas e até mesmos na língua que, aqui no Brasil, confluíram para o surgimento de uma outra identidade.

Patrícia N. Limerick, Brian W. Dippie e Richard White²⁰, críticos da teoria turneriana, na década de 1980, apresentaram uma análise mais complexa e menos linear sobre a formação histórica da fronteira, segundo a qual os episódios do ontem, muitas vezes escolhidos ao acaso, não podem ser considerados como a estrutura medular para se entender o desenvolvimento de uma nação. Para eles, as explicações geográficas não podem ser suficientes para se definir a ocupação do Oeste dos Estados Unidos, sendo determinantes para o estabelecimento das fronteiras as questões de ordem social, econômica e cultural, que estão na base das relações entre grupos humanos. Mesmo considerando que Turner entendia os colonos como “modeladores” de fronteiras, as críticas recaíram sobre o seu foco exclusivamente anglo-americano, o que resultou numa versão quase idílica da conquista do Oeste, apenas acrescentada das guerras travadas com os antigos habitantes do território.

Owen Lattimore, por sua vez, concluiu que, ao contrário do que teria escrito Turner, a fronteira é criada quando uma comunidade ocupa um território e a sua existência é dinâmica, transformando os hábitos e a paisagem anteriores à imigração²¹.

Mesmo considerando que as críticas às teorias de Turner são pertinentes, porém, não podemos deixar de considerar que os estudiosos dessa teoria, mesmo os críticos, mostram a importância das ideias turnerianas, por terem produzido explicações sobre o conceito de fronteira, observando, para além da Geografia determinista, as ações individuais de cada personagem atuante no processo formador dos limites fronteiriços²².

Herbert Eugene Bolton, historiador norte-americano, sugeriu, em 1917, que as teorias de Turner também eram referências para se pensar as fronteiras hispano-americanas e as experiências colonizadoras de portugueses e ingleses na América, sobretudo quando o ponto a ser observado é a ação missionária dos Dominicanos, Franciscanos e Jesuítas, que muito mais do que converter os nativos, fundaram

19 HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. Cit., p. 13

20 LOPES, Maria Aparecida de S. Op. cit., pp 20-21.

21 LATTIMORE, Owen D. The frontier in History. In: MANNERS, Robert A. & Kaplan, David. Theory in Anthropology. A sourcebook. Chicago: Aldine Publishing Co., pp 374-386. Apud: LOPES, Maria Aparecida de S. Op. cit., pp 17-18.

22 Sobre as teorias de Frederick Turner, ver também TURNER, Frederick Jackson. Rereading Frederick Jackson Turner. “The significance of the frontier in American History” and other essays. New York: H. Holt and Co., 1994.

“agências de fronteiras”²³, materializadas nos aldeamentos indígenas.

Em sentido geral, não são poucos os trabalhos dedicados ao estudo da construção de fronteiras, mas sua melhor compreensão exige que se amplie o foco de observação, incorporando conceitos relativos a território e região. Por isso, para melhor entendermos as múltiplas interpretações sobre os limites fronteiriços, à luz das Ciências Humanas, e de acordo com os pressupostos da História Cultural, tomamos como base, principalmente, as ideias de Lucien Febvre. Para ele, é arriscado entender o território apenas como suporte de medida de uma fronteira, sendo melhor defini-la em termos de construção territorial, a partir das relações entre os homens, o que faz dela objeto de estudo das Ciências Sociais²⁴.

A proposição de Febvre sobre os conceitos de território e região é, assim como o de fronteira, definida pela compreensão do espaço vivido diante das experiências individuais e múltiplas; portanto, o conceito de território é substituído, em certa medida, pelo de percepção de espaço. Assim, a territorialidade “deriva fundamentalmente da difusão de imagens mentais, de informações orais, de representações mais ou menos abstratas, de desenhos ou mapas e de representações simbólicas”; daí o valor dos limites físicos de um território ser, fundamentalmente, definido a partir de relações entre os homens, exprimindo, também, o poder de Estado, explicitado sobre as ações destinadas a controlar as fronteiras²⁵.

Exemplo dessa conceituação foi o caso da Espanha que, durante as negociações do Tratado de Madri, justificou a medição do seu território americano pelo alcance do tiro de canhão, mas, como não se determinava de onde partiria o disparo, o território seria, então, “o espaço de terras que se estendia desde a capitania de São Vicente até o Rio da Prata [sendo, portanto] a extensão que a Espanha entendia que podia ceder ou restituir”. Obviamente, Alexandre de Gusmão, representante português nas negociações do tratado, rebateu esta explicação, afirmando que ela era equivocada, pois a palavra território significava, segundo ele, “uma extensão de terras e de campos onde se exerce uma jurisdição”²⁶.

É no interior desse debate que procuramos inserir a construção das fronteiras da região Amazônica, sobretudo no século XVIII, quando projetos tratadísticos foram concebidos, visando à divisão dessa região entre as Coroas portuguesa e espanhola. Não que isso tenha sido, conforme nossa leitura, o fundamento mais importante para a demarcação desses limites, mas foi, pelo menos em regra geral, o princípio articulador das viagens demarcatórias que configuraram a concepção do espaço amazônico.

23 BOLTON. Herbert Eugene. Apud OSÓRIO, Lígia. A fronteira e outros mitos. Campinas/SP: Tese apresentada ao concurso para a carreira docente, nível Ms-4, Departamento de Política e História Econômica, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2001, p. 158

24 RONCAYOLO, Marcel. Território. In: Enciclopédia Einaudi, v. 8, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986, p. 281.

25 Segundo o Dictionnaire de la langue française, de Littré (1863-72), o território é “a extensão de terra que depende de um império, de uma província, de uma cidade, de uma jurisdição”, e territorialidade compreende “tudo o que pertence de facto a um território considerado o ponto de vista político”. (RONCAYOLO, Marcel. Op. cit., pp. 161, 262 e 281).

26 CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri. Parte I, tomo II, pp. 109 e 110

A comissão demarcadora de limites da parte norte

Como negociadores do Tratado de Madri, foram indicados, do lado português, Marco Antônio Coutinho, secretário de Estado; Tomaz da Silva Teles, embaixador na Espanha, e Alexandre de Gusmão que, entre 1730 e 1750, em Lisboa, foi secretário particular do rei D. João V. Como negociador espanhol, foi nomeado José de Carvajal y Lancaster, ministro de Estado, governador Supremo de Índias, presidente da Junta de Comércio e Moeda e Superintendente Geral das Postas e Estafetas de Dentro e Fora de Espanha.

No que se refere a Gusmão e Carvajal, foram encarregados de conduzir a demarcação das linhas, segundo o Tratado de 1750, considerado pela Coroa Portuguesa, num primeiro momento, como o principal instrumento para solucionar as questões dos limites que abrangiam a vasta extensão que ia do Amazonas até o Javari, do Mato Grosso à região Sul.

D. José de Carvajal foi o único negociador das pretensões espanholas, visto que o rei D. Fernando VI, ao que se diz, tinha dificuldades em ler grandes despachos e tomar decisões estratégicas. O auxílio ao ministro espanhol veio muitas vezes da rainha de Bragança, que procurava compensar a propagada incapacidade de gerência do marido, tomando decisões importantes relativas aos assuntos da corte, o que incluía o Tratado de Madri.²⁷

Após as negociações acerca dos limites fronteiriços do Brasil, entre os representantes de Portugal e Espanha, iniciadas ainda no reinado de D. João V, e depois da assinatura do Tratado de Madri, em 1750, sucederam-se as providências para que as fronteiras saíssem do papel e pudessem se materializar. Assim, em 1752, o então governador do Grão-Pará e Maranhão, Mendonça Furtado, foi empossado, também, no cargo de Primeiro Comissário Régio das Demarcações do Tratado de Madri:

Para a regulação dos limites da América Setentrional entre esta Coroa e a de Castela, e ordenar lhe que passe ao Rio Negro, onde há de principiar as conferências com o primeiro Comissário da Corte de Madrid, e hali poder expedir os officiaes de Guerra, Astrônomos, Geógrafos e Desenhadores, que vão na presente frota (...) e alem destes ordeno a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que para levar os officiaes, e soldados que entender lhe são necessários para a dita expedição da Demarcação aos quaes se faram os pagamentos de seus soldos pelo Tezoureiro da mesma Lourenço

27 Diferentemente de Alexandre de Gusmão - de família humilde -, José de Carvajal era filho de Bernardino de Carvajal Montezuma y Vivero e de D. Josefa Maria de Alencastre y Noronha. Assim, pelo lado materno, descendia da casa espanhola dos Duques de Abrantes e dos Linhares, enquanto, pelo lado paterno, seus ancestrais eram os nobres da Casa de Aveiro, que, após a Restauração de 1640, continuaram servindo aos Filipes. Portanto, considera Jaime Cortesão, o negociador espanhol do Tratado de Madri, nomeado em 1746, tinha sangue português, situação que poderia ser conveniente a D. João V, nas negociações dos confins e limites das Américas portuguesa e espanhola. No entanto, ao contrário, talvez, do que esperava o monarca português, Carvajal desempenhou suas atividades de estadista sempre fiel aos interesses do rei Fernando VI. (CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri, parte 1, tomo II, pp 222 e 223).

Anveres Pacheco.²⁸

Mendonça Furtado recebeu várias instruções, tanto do rei D. José I quanto do ministro Pombal, com o objetivo de preparar as partidas da melhor forma que conviesse. Numa dessas correspondências, escrita em 6 de julho de 1752, o irmão do Comissário e Governador do Grão-Pará, baseado no mapa das cortes²⁹, cuja cópia remeteu junto da carta de nomeação, reforçou os pontos a serem demarcados, escrevendo que, de leste a oeste, deveriam ser juntadas todas as informações necessárias para a eficiência da operação, observando na trajetória a “primeira linha, que corta o rio Madeira para o Javari, [onde] será mais fácil achar bons práticos e de seguir latitude média que vai estipulada”³⁰. A segunda linha apontada no mapa dizia respeito ao percurso do “rio Aporé [ou Guaporé para os portugueses], ou Itenes [para os espanhóis] à foz do Jaurú” onde seria:

necessário grande cuidado em a principiar a descrever o mais a oeste que for possível, porque se não houver essa prevenção pode isso ter a consequência de ficarem os espanhóis entre o Mato Grosso e o Cuiabá, e nós por eles cortados para a comunicação.³¹

Antes da carta chegar às mãos de Mendonça Furtado, as diligências de reconhecimento da região já tinham iniciado, conforme o próprio governador informou ao ministro, em 4 de dezembro de 1751, contando sobre a viagem que faria rumo ao Cabo Norte, em 24 de fevereiro do ano seguinte, levando em sua comitiva homens de ciência, além de uma leva de pessoas vindas dos Açores e quase toda a população do velho presídio e fortaleza de Mazagão, com o objetivo de aumentar a população do povoado de Macapá e, conseqüentemente, garantir o domínio português na parte norte da embocadura do rio Amazonas, medida que, segundo ele, consolidou a construção da “grandiosa Fortaleza de Macapá” com o que praticamente ficou assegurado o poder da coroa sobre as cobiçadas terras.³²

Observa-se, na mesma correspondência, que além das preocupações militares e científicas, evidenciadas na marcação das longitudes e latitudes do território, houve também, a de recrutar os índios para a realização da viagem:

É preciso trazer Índio practico pela razão de muitas coroas de areias e

28 Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_013, cx. 34, d. 3192, de 5 de maio de 1753.

29 Título original: Mapa das Cortes, publicado em 1749. Há uma cópia guardada Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Brasil), ARC.030,01,009 Cartografia.

30 Carta de Sebastião José para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Belém 6 de julho de 1752. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na era pombalina. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 1, p. 244

31 *Ibidem*. Desde a primeira metade do século XVIII, os portugueses tinham conhecimento comprovado das missões espanholas nas proximidades do rio Guaporé, que chamava atenção pela proximidade com as minas de ouro descobertas no sertão do Brasil. Uma dessas informações chegou através do mapa de João Gonçalves Pereira

32 MENDONÇA, Marcos Carneiro. Op. cit., p. 97, nota de rodapé 12. 520 Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1906, t. 67, pt. 1-2, p. 253.

algumas trovoadas para saberem as esperas, para obrigarem as canoas”, pois deles dependia o sucesso da viagem, que objetivava averiguar a situação dos pontos fronteiriços, antes da demarcação entre as Coroas Ibéricas, visto que “naquelle porto [de Macapá] e fronteiro a elle com 3 dias de viagem por entre ilhas. 3 aldeas de Índios chamados Aroans pertencem aos padres de Santo Antonio e os ditos Índios costumão hir a Cayana porto dos Francezes, e a dita villa [de Macapá] é habitada hoje de muitos cazais que vieram da ilha da Graciosa que embarcarão no porto da ilha Terceira, motivo porque foi S. Exa a situa-los e dar-lhe posse (...)”.³³

A preocupação com o assédio estrangeiro, principalmente dos franceses, está explícita nesta correspondência, onde Mendonça Furtado alertou para o fato do povoado de Macapá fazer fronteira com as terras francesas de Cayena, na atual Guiana Francesa.

O ponto culminante dessa viagem seria o lugarejo de Macapá que, segundo informa a carta, foi transformado em povoado em ato presenciado, inclusive, pela população procedente da África. A intenção, além de racionalizar o conhecimento fronteiriço, era também de oficializar a posse portuguesa sobre aquela zona tão vulnerável às investidas estrangeiras, isto por se tratar de uma região estratégica, já que por ela facilmente se poderia adentrar o interior aurífero do Brasil.

Em outra carta, escrita em 25 de janeiro de 1752, Mendonça Furtado informou à Fazenda Real sobre a chegada dos casais das Ilhas dos Açores, os respectivos pagamentos e seu encaminhamento para o sítio de Macapá, juntamente com um cirurgião, uma botica e um clérigo, que seriam responsáveis pela saúde do corpo e da alma dos povoadores da vila que já somavam, na ocasião, mais de 456 moradores.³⁴

Em seguida, como informou a Diogo de Mendonça, na viagem de 24 de fevereiro de 1752, entre outros afazeres, o governador deveria cuidar da guarnição daquela porção cobiçada pelos franceses e que, segundo ele, não estava preparada para defender-se, sendo bastante vulnerável, em que pese sua importância estratégica: “não temos naquele sítio mais que um pequeno [reduto?] com nome de presidio de Macapá, o qual é fabricado de terra e sem defesa alguma”. Mendonça Furtado alertou ainda que a região “só não é a chave da margem setentrional das Amazonas, mas de todo este largo país...”³⁵

Mendonça Furtado insistia em alertar sobre a necessidade urgente de se construir naquela povoação uma fortificação suficientemente grande e forte, o que exigia o envio pela Coroa de engenheiro “hábil e inteligente, robusto e honrado”, pois o que havia no Grão-Pará era muito velho e a Fazenda Real do Estado não dispunha de dinheiro para contratar outro profissional. Além disso, Mendonça Furtado se queixava

33 Ibidem.

34 Carta de Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça. Pará, em 25 de janeiro de 1752. In: Carneiro de Mendonça. Op. cit., p., 208.

35 Carta escrita por Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça. Para, 25 de janeiro de 1752. In: Carneiro de Mendonça. Op. cit., págs. 208 e 209.

da escassez de canoas e índios para remá-las na condução de pessoas importantes para o estabelecimento da ordem naquele povoado. Enfatizava, também, a necessidade de se chamar até a Secretaria de Estado os Procuradores das Religiões que lá estavam estabelecidas, para explicarem as razões da falta desses importantes materiais para a concretização da política colonizadora, e foi nesse momento que o *imbróglia* entre o governador e os jesuítas começou a se complicar, acabando por finalizar-se com a expulsão dos religiosos, não somente do Grão-Pará, mas de todo o império Português.³⁶

Era em Mendonça Furtado, contudo, que estava depositada toda a confiança de Pombal e do próprio monarca, visando à concretização nas terras do Cabo Norte de uma transformação que se fizesse sentir na economia, na sociedade e, principalmente, na política militar, pois dali dependia a segurança de grande parte do interior brasileiro, por se tratar de uma área litorânea e fronteiriça e, portanto, bastante vulnerável do ponto de vista geopolítico. Por isso, sempre que partia de Belém alguma expedição autorizada pelo governador em direção ao extremo norte, as recomendações eram precisas no que concernia à vigilância aos estrangeiros que por ali fossem avistados³⁷.

Assim, observando-se as tensões políticas e a grande extensão da fronteira a ser demarcada, foi criada a Comissão Demarcadora de Limites da parte norte, que executaria os trabalhos de demarcação da Amazônia, segundo o modelo estabelecido, na mesma época, para o estabelecimento de fronteiras da parte sul do Brasil. Cada uma das comissões foi subdividida em três partidas ou tropas, encarregadas de alcançar todas as raias previstas no Tratado de 1750. Como este artigo está focado na Amazônia, vamos nos ater às partidas para o norte, observando a participação dos engenheiros, índios e padres envolvidos nas atividades demarcatórias.

Em obediência às disposições estabelecidas pelo Tratado de Madri, para a região norte, e seguindo as instruções de D. José I, Mendonça Furtado ordenou três expedições pelos afluentes do Amazonas: uma, pelo rio Negro; outra, pelo Japurá, e a última, pelo Madeira e Javari, saindo a primeira delas de Belém, a 2 de outubro de 1754, levando setecentas e noventa e seis pessoas, distribuídas em vinte e cinco barcos.

Os preparativos das expedições, observados desde a primeira partida, foram cuidadosamente pensados, recebendo o governador ordens expressas do rei D. José I e do marquês de Pombal, orientando-o a tomar todas as providências para a implantação dos marcos que separariam as terras portuguesas das espanholas. Entretanto, apesar do planejamento cuidadoso, foram muitas as dificuldades, antes e durante as expedições.

Começamos pelo problema de abastecimento de gêneros alimentícios, que

36 Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Marquês de Pombal, de 1º de outubro de 1754. In: REIS, Arthur Cezar. Limites e demarcações na Amazônia Brasileira, 2º Tomo, 1948, p. 275. Sobre as dificuldades da Viagem de Mendonça Furtado à Capitania do Rio Negro, em 1754, onde deveria encontrar a comitiva espanhola para celebrar acordo de 1750, especificamente, sobre a falta de víveres, canoas e índios remadores ressaltamos, também, o livro: SANTOS, Fabiano Vilaça. O governo das conquistas do Norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751 - 1780). São Paulo: Annablume, 2011, pp 64 a 76.

37 Correspondência escrita no Pará em 18 de dezembro de 1751. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro. Op. cit., p. 115

afetava tanto os moradores quanto a comitiva que não dispunha de provimentos necessários para as expedições. Somava-se a esta situação o costume europeu de não comer carne de caça, como tatu, paca e búfalo, o mesmo acontecendo com as raízes, que faziam parte da dieta alimentar do índio. Por isso, em maio de 1753, foram tomadas as primeiras providências para o embarque da bebida e da ração familiares aos hábitos dos europeus, incluindo carne, azeite, vinagre, vinho branco e tinto.³⁸ Em setembro daquele mesmo ano, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, governador e capitão general do Estado do Maranhão, escreveu para Pedro da Mota e Silva, secretário de Estado dos Negócios do Reino e Mercês, relatando as dificuldades encontradas naquela Capitania para compor a frota que iria até o Rio Negro executar os trabalhos de demarcação. Suas preocupações podem ser percebidas pela detalhada “Lembrança do que se poderá ser preciso para a expedição das medições dos Domínios de Sua Mage. Fidelíssima”, onde consta uma longa lista de gêneros alimentícios a serem providenciados:

Cincoenta barris de biscouto / Alguns barris de carne de vaca, e porco bem acondicionados / Alguns barris de chouriços / Setecentos e cinquenta alqueires de farinha para cada mês, e para hum ano 9 mil alqueires / Quarenta alqueires de arroz pilados / Quarenta alqueires de feijão / Alguns paneros de carimã / Vinte arrobas de açúcar branco / Oitenta paneros de sal / Algumas frisqueiras de vinho / Outras de vinagre / Outras de água ardente do Reino / Outras de rastilho da terra. Aguardente que consta para os remeiros.³⁹

Pelo mesmo ofício, o governador do Maranhão informava que outra dificuldade em preparar a expedição era causada pela carência de farinha na região, visto que os índios, mão-de-obra utilizada também para o preparo da ração, estavam doentes, “por causa do contagio próximo, que matando a maior parte delles reduzio tudo a consternação quase invencível”, dificultando o “sustento da muita gente que se há de empregar nesta Expedição”. Como solução, Mendonça Gorjão requisitou ajuda dos

Prelados de todas as Religiões, [para] que com brevidade possível expedissem as ordens necessárias para as Aldeas da sua jurisdição em que mandassem aos Missionários dellas que applicassem suficiente número de índios aos trabalhos por assim ser muito conveniente ao serviço de S. Mag”, para que pudesse resolver a carência dos moradores do Maranhão, “que já não tinham que comer.”⁴⁰

38 Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_013, cx. 34, d. 3212, de 22 de maio de 1753

39 Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_013, cx. 32, d. 2988, de 2 de setembro de 1750.

40 Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_013, cx. 32, d. 2988, de 2 de setembro de 1750.

Além da falta de índios e da farinha, o governador queixou-se do alto preço dos produtos da capitania do Grão-Pará, o que onerava ainda mais a expedição, sugerindo pelo mesmo ofício que muitas coisas, além dos alimentos, viessem do Reino. Apesar de extensa, a relação é apresentada a seguir, pois dá valioso testemunho da escassez e das necessidades cotidianas que submetiam a região norte do País, em meados do século XVIII:

Seis canoas de quarenta pés com sincoenta palmos de comprido para acomodarem duas pessoas em cada huma; Vinte canoas grandes para levarem munições, soldados, e mais bagagens, e canoinhas para pescarem; Cem soldados para se repartirem nas quatro Tropas; Duzentas armas de fogo para se trocarem com as que se desmancharem nas mãos dos soldados; e para se darem aos índios que se hão de armar; Oito quintaes de pólvora; Dezesseis quintais de munição grossa; Hum quintal de ballas, e pederneyras á porção; Dez barracas pequenas para as jornadas que se fizerem por terra; Cem machados; Cem foises de rossar, e cem facões de mão; Oitenta enchadas; Quarenta picaretas; Trinta e dois ferros de cova; Secenta ferros de abrir canoas – os quais será melhor fazerem-se cá, vindo o ferro porque os que de la vem não são tão bons; Dois milheiros de pregos de caverna; Dois milheiros dos de meia caverna; Oito milheiros de pregos frexais, piontaes, coibraes, de galeota, e meia galeota sortiados; Dois barris de facas flamengas com pontas; Algum vellorio, missanga, e agulhas, para se brindarem os Gentios, por onde se passar por aqueles certões, e thezourinhas; Alguns rolos de pannos de algodão para mortalhas; Oito serras braçais pequenas; Oito serras de mão, e limas para as apontar; Dez martellos; Quarenta enxós de canoas; Dezesseis ditas de carpinteiros; Vinte verrumas de caverna; Vinte ditas de meya caverna; Trinta e duas verrumas sortiadas mais pequenas; Oitenta anzoos de Piraguiba, e outras tantas linhas para pescar; Oito milheiros de lençoes brancos sortiados; Oitenta arpões de peixe boi; Oitenta ditas de tartaruga; Oito lanternas; Dez candeyas grandes de cobre, ou ferro com suas tampas; Quatro rodas de fazer farinha; Vinte rollos de cobre, ou arame; Cincoena barris de biscoito; Alguns barris de carne de vaca ou porco, bem acondicionados; Alguns barris de chouriços; Setecentos e cincoenta alqueires de farinha para cada mez, e para hum anno nove mil alqueires; Quarenta alqueires de Arros pilado; Quarenta alqueires de feijão; Alguns paneiros de Carimá; Vinte arrobas de assúcar branco; Oitenta paneiros de sal; Dezoito facas de afoguiar; Dezesseis seringas grandes, e outras tantas pequenas; Huma dúzia de lancetas; Algumas frasqueiras de vinho; Outras de vinagre; Outras de água ardente do Reino; Outras de restilho da terra; Aguardente commun para os remeiros; Vinte arrobas de tabaco; Huma botica com toda a casta de medicamentos e purgas; Quatro cirurgiões; Quatro capelães; Hum armeiro com sua tenda.⁴¹

41 Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_013, cx. 32, D. 2988, de 2 de setembro de 1750

Pela extensa lista de material feita pelo remetente, juntamente com as outras necessidades expostas ao longo da carta, observa-se que, além da alimentação, também era importante cuidar de outras necessidades, desde a construção de embarcações e moradias, até o recrutamento dos recursos humanos, como o corpo militar, os médicos e religiosos. Além disso, sendo a morte companheira constante das expedições, as tropas carregavam tecidos brancos, que serviriam de mortalhas, com as quais se envolvia os defuntos, que eram jogados no Amazonas ou nos seus afluentes.

Outra dificuldade era a falta da mão-de-obra especializada para os serviços técnicos das medições fronteiriças, conforme denunciou o Governador do Maranhão, Mendonça Gorjão, que tentava

toda a boa diligencia por achar neste Estado sujeitos capazes de se applicarem com diversos saberes ao menos tecnicamente de observação com relação a latitude, longitude de qualquer Lugar, e também de riscar mapas, para que com algumas lições dos Geógrafos que se hão de remeter, se possam por aptos para suprir o Lugar de lagum que venha a faltar, porem he tal a miséria deste Estado; que em todo elle se não encontra hum homem só, capaz de dar alguns dos que se queirão aplicar a este exercício, nem as primeiras lições, cuja falta exponho a V. Exa. para que não suceda vir menos numeros desta gente com a esperança de que ca a possa haver.⁴²

O teor da carta também indica que, à época, a Capitania do Grão-Pará contava com uma população escassa, sendo a maioria composta de índios e mestiços, os quais, na opinião dos administradores, não eram dotados de conhecimento científico, apesar de sua experiência que, como sabemos, acabou se tornando indispensável para as jornadas.

É importante reiterar, porém, o problema da carência de homens versados nos conhecimentos da Engenharia, da Matemática, da Astronomia e da Arquitetura, já sentida na própria Metrópole, desde o reinado de D. João V, o que se refletia, claramente, nas ações demarcatórias dos limites do Brasil. A situação agravou-se com o falecimento dos padres Capassi e Diogo Soares que foram embarcados para o Brasil com ordens de providenciarem mapas que determinassem a longitude e a latitude das terras americanas pertencentes a Portugal.⁴³

Essas carências tornaram-se nítidas mesmo antes das tropas iniciarem a viagem ao Rio Negro (2 de outubro de 1754), fazendo com que os administradores da Capitania do Grão-Pará escrevessem à Metrópole, quatro anos antes da primeira partida para o encontro com os espanhóis, solicitando o recrutamento de “alguns sujeitos que sejam bem capazes de (...) formar mapas daquele paiz com alguma exacção (...) juntamente

42 Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_013, cx. 32, d. 2988, de 2 de setembro de 1750

43 “Carta de Marco Antonio de Azevedo Coutinho a Gonçalo Maunel Galaão de Lacerda sobre o recrutamento de geógrafos estrangeiros capazes de traçar mapas do Brasil. (4 de janeiro de 1750)”. In: CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri - Execução do Tratado. Rio de Janeiro: Ministério das relações exteriores - Instituto Rio Branco, parte V, p. 15.

da arquitetura militar (...) e he preciso sejam praticos de observar alturas, e longitudes”⁴⁴.

Porém, levando-se em consideração que esses trabalhos eram considerados segredos de Estado, além dos problemas políticos que envolviam a delimitação das fronteiras do Brasil, alertava-se: “convém que [esses homens] não sejam súbditos de França, nem de Espanha, Inglaterra, ou Olanda”⁴⁵.

Naquele mesmo ano, Manuel Teles da Silva, Presidente do Conselho de Flandres, escreveu a Marco Antonio de Azevedo Coutinho, secretário de Estado, comunicando a diligência que se fazia pela Europa, principalmente na Itália, para o recrutamento dos profissionais a serem enviados para o Brasil, apresentando ainda o perfil de alguns engenheiros que vieram trabalhar na:

“determinação dos confins de todas as Dioceses do Brasil, e Maranhão (...)se faz preciso mandar a aqueles paizes homens inteligentes dos estudos Mathematicos, e Geograficos, e que sejam práticos de fazer observações Astronomicas para que possam formar com exacção os mapas daquele continente dividindo-se a dous, e dous em diversos corpos com a escolta que for necessária, de Officiaes de Guerra, Soldados, e mais comitiva que convier para o comodo, e segurança afim de se conseguir o que se pertende dentro de dous, ou tres anos ao mais tarde.”⁴⁶

Dos profissionais indicados, em 1750, por Manuel Teles da Silva a Marco Antonio de Azevedo Coutinho constavam o Dr. Blasco, Matheo Carboni, os matemáticos capitão Gaspar Grunspheld (Gronfeld), o tenente Galuzzi e o desenhista Ponzoni⁴⁷. Porém, durante o levantamento, foi observada não somente a questão do conhecimento, mas também da nacionalidade, já que os italianos, por exemplo, não podiam ser napolitanos, sicilianos e parmezanos “pela dependência que prezentemente tem de Espanha”⁴⁸. Outra questão observada foi a religião dos engenheiros, sobretudo a dos suíços e dos alemães, visto que “se forem Protestantes, ou Calvinistas so deverão aceitar-se, se não se descobrirem outros igualmente capazes da nossa Religião”⁴⁹.

Desse grupo de estrangeiros que vieram ao Brasil – principalmente italianos, franceses e alemães –, fez parte Henrique Antonio Gallucio (Galuzzi), que possuía

44 Ibidem.

45 “Carta de Marco Antonio de Azevedo Coutinho a Gonçalo Maunel Galaão de Lacerda sobre o recrutamento de geógrafos estrangeiros capazes de traçar mapas do Brasil. (4 de janeiro de 1750)”. In: CORTESÃO. Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri - Execução do Tratado. Rio de Janeiro: Ministério das relações exteriores - Instituto Rio Branco, parte V, p. 15. As incursões holandesas e inglesas na Amazônia eram sentidas desde o século XVII, conforme nos informa DIAS, Joel Santos. “Confuso e intrincado labirinto”. Fronteira, território e poder na Ilha Grande de Joanes (Séculos XVII e XVIII). Tese (Doutorado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

46 “Instruam pela qual se hade reglar o M. R. P. e Fr. Joam Alvares de Gusmão para buscar, e ajustar alguns Geografos para o serviço de S. Mag.e’, 11 de abril de 1750”. In: CORTESÃO. Jaime. Op. cit., p. 21.

47 “Carta de Manuel Teles da Silva, presidente do Conselho de Flandres ao secretário de Estado Marco Antonio de Azevedo Coutinho, comunicando as diligências feitas para o recrutamento dos engenheiros, geógrafos e desenhadores destinados ao Brasil (14 de março de 1750)”. In: CORTESÃO. Jaime. Op. Cit., p. 16.

48 “Instruçam pela qual se há de regular o M. R. P. Fr. João Álvares de Gusmão para buscar, e ajustar alguns Geógrafos para o serviço de S. Mag.” (11 de abril de 1750)”. In: CORTESÃO. Jaime. Op. Cit., p. 21.

49 Ibidem.

conhecimentos de astronomia e engenharia, conforme mostrou nas demarcações de limites previstos pelo Tratado de Madri ou na construção da Fortaleza de São José de Macapá. Juntamente com ele, veio o bolonhês Giovanni Ângelo Brunelli, que era doutor em Matemática e fora nomeado professor do Colégio dos Nobres e da Universidade de Coimbra, além de Miguel Ângelo Blasco, procedente de Gênova, e Miguel Antonio Cieira, astrônomo e cartógrafo, que foi posteriormente aproveitado, assim como Brunelli, como professor do colégio dos Nobres. Todos eles tiveram importante atuação na definição dos limites do Brasil, tanto ao Sul quanto ao Norte, conforme acordo assinado com a Espanha⁵⁰.

No que diz respeito diretamente aos que vieram para a Comissão Norte, destacamos Henrique Antonio Gallucio (ou Galuzzi), visto que sua estada na capitania do Grão-Pará foi anunciada pela carta escrita em Lisboa pelo Padre José Moreira, em 14 de maio de 1753, pela qual destacou momentos truculentos, pois não somente ele, mas todos os estrangeiros e a sociedade paraense, em geral, estiveram sob os pesados olhos da Inquisição, instalada no Grão-Pará, em 1763. Gallucio, por exemplo, chamou atenção pelos seus poemas, que refletiam forte personalidade, enquanto Gaspar João Geraldo de Gronfeld, engenheiro alemão que concluiu as obras da fortaleza de Macapá, chegou a ser acusado de luterano pelo Santo Ofício.⁵¹

Os conhecimentos matemáticos e astronômicos dos Engenheiros embarcados para o Pará não se resumiram, apenas, às observações cartográficas das paragens a serem demarcadas, mas, também, à guarnição da Capitania, fosse por terra, com a edificação de fortificações, fosse pelo rio, com a construção de estaleiros, conforme o governador e capitão general do Estado do Pará, Manuel Bernardo de Melo e Castro fez questão de informar ao 1º comissário das Demarcações, Mendonça Furtado. Pela carta, expôs a necessidade de se construir um estaleiro na sede da Capitania para fabricar uma fragata de guerra. Para isso, foram chamados

Engenheiros, Constructores, e mais assistentes”, a fim de averiguarem o local escolhido, localizado “a distancia da Ribeira, e Praya, que corre da parte posterior do Convento dos Religiosos de Nossa Snra do Monte do Carmo, athe o Hospício, que foi de S. Boaventura.⁵²

Os técnicos selecionados deveriam providenciar:

O exame do dito Lugar, (...), para se saber se he suficiente para se estabelecer nelle o Estalleiro, fabrica, e mais cazas pertencentes para a

50 TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX)*. 2a edição. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1984, p. 29.

51 Arquivo Público do Pará, Ms. De 16 de abril de 1767, códice 1204, Documentos diversos. In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Livro da visitação do Santo ofício da inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763 - 1769)*, Rio de Janeiro, Vozes, 1978, pp. 34, 35 e 36.

52 Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_013, Cx 49, d. 4517, de 26 de junho de 1761

factura de Naos, e se nas agoas vivas e mares tem conhecimento que seja fundo, e capas de se lançar ao mar a Nao de Guerra que S. Mage manda fazer, ou qualquer outra que se fizer, sem o mínimo risco, e sombra de perigo.⁵³

O diagnóstico apresentado foi unânime entre os presentes: “se não achou lugar mais acomodado, próprio e conducente á construção da dita Nao”.⁵⁴

Em meio a todas essas dificuldades e providências, começaram as expedições demarcatórias. Do pessoal embarcado na primeira jornada faziam parte alguns oficiais do exército, encarregados da defesa; capelães; pessoas responsáveis pelos serviços de apoio e os técnicos especialistas, a quem incumbia proceder aos trabalhos da demarcação. Dentre os principais estavam padre Ignácio Semartoni, sargento-mor Sebastião José da Silva, capitão João André Schwebel, ajudantes Filipe Sturm, Henrique Antônio Galluzi e Adão Leopoldo de Breuning, Dr. João Ângelo Brunelli, Capitão Gaspar Geraldo de Gronfeld; capitão Gregógio Rebelo Rodrigues Camacho, tenente Manuel Gotz e arquiteto Antônio Landi.⁵⁵ Estes homens, sob o comando de Mendonça Furtado, deveriam assentar acampamento e aguardar as tropas espanholas na aldeia de Mariuá, chamada mais tarde de Barcelos (sede da Capitania do Rio Negro), “cumprindo-se o cerimonial de maneira a se evitar todo e qualquer incidente que prejudicasse o ambiente de cordialidade que devia presidir aos trabalhos”.⁵⁶

Porém, todos os preparativos e esforços para cumprir o cerimonial correspondentes à importância da missão, de nada adiantaram, pois D. José de Iturriaga, representante da Espanha nas negociações e responsável pelo comando dos demarcadores espanhóis, mesmo tendo partido do porto de Cádiz, em 15 de fevereiro de 1754, levou mais de quatro anos para chegar ao território neutro para proceder às negociações... Isso acabou provocando muitos desentendimentos entre os engenheiros de demarcação subordinados a Mendonça Furtado, que retornaram a Belém, em 1756⁵⁷, dada a grande dificuldade de alimentar e vestir as tropas portuguesas aquarteladas no Rio Negro, conforme escreveu o Bispo do Pará, Miguel de Bulhões e Sousa, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Côrte Real. No ofício, o religioso alertava que:

Os cofres Reaes ficam exauridos totalmente, porque apenas chegou o dinheiro que havia para pagamento das missões da demarcação, e mais pessoas militares, que acompanham o mesmo Governador. Reduzida a esta summa miséria a Fazenda Real não pode deixar de contemplar como

53 Ibidem.

54 Ibidem.

55 GUERREIRO, Ignácio. “Fronteiras do Brasil Colonial: a cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII”. In: Revista Oceanos/A formação territorial do Brasil, número 40, outubro/dezembro de 1999, p. 32.

56 REIS, Arthur C. F. Limites e demarcações na Amazônia Brasileira, pp 65 e 67.

57 ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de História Colonial. Brasília: Editora do Senado Federal, 1998, p. 188.

infalíveis consequências, as desordens que haverá nas Tropas, porque vendo-se os soldados sem pagamento nem ainda para a sua própria sustentação certamente fugirão todos das sua Praças. Não pondero a V. Exa. o grande desgosto que a falta dos pagamentos causa nesses oficiais Estrangeiros, com a sensível consternação, a que se verá reduzido o mesmo Governador, especialmente se chegar ao Rio Negro o primeiro Comissário de Hespanha, vendo-se impossibilitado para o socorro, como S. Mage. Lhe ordena, porque tudo deixo à alta reflexão de V. Exa., de quem espero se compadeça desta miserável Capitania, dignando se V. Exa. de por na presença de S. Mage. O lastimoso estado, a que ella se acha reduzida, e eu também por me ver privado de todos os meyo para desempenhar com honra o emprego, de que sou servido encarregar-me.⁵⁸

A falta de gêneros alimentícios e materiais importantes para as demarcações, como os instrumentos matemáticos vindos da Europa, tardavam a chegar à Capitania, o que colocou Mendonça Furtado e seus comandados em plena consternação.

A título de observação, para além do recorte temporal deste artigo, vale ressaltar que mesmo após 1761, quando da anulação do Tratado de Madri, o problema da navegação na Amazônia só piorava e as notícia de que alguma embarcação, carregada de diferentes gêneros havia naufragado, eram constantes pois além do fenômeno da pororoca, os navegadores eram vítimas da estreiteza dos furos e da mudança, ainda pouco conhecida, do horário da vazante e da juzante das suas águas⁵⁹. E sempre que uma embarcação corria algum perigo, eram os índios que vinham socorrer a todos, sendo não só os que abriram os caminhos dos rios para as demarcações mas, também, aquele que com sua técnica e conhecimento de navegação, salvava vidas e os materiais vindos do Reino⁶⁰.

Em 1758, Mendonça Furtado recebeu a notícia de que Iturriaga, acompanhado de um número considerável de comissários, matemáticos, engenheiros e desenhistas havia, finalmente, aportado em Barcelos, para onde retornaram os portugueses, agora sob comando de Antônio Rolim de Moura, governador de Mato Grosso e, mais tarde, vice-rei do Brasil. Porém, quando estes chegaram ao local, os espanhóis haviam batido em retirada⁶¹ e “depois de tantas canseiras, nem um passo se dera para realizar o ideal afagado pelo Tratado de Madri”, e Portugal, resguardado pelo *Uti possidetis*, continuava soberano na sua campanha de conquista territorial.⁶²

Em 1759, Mendonça Furtado foi nomeado para a função de Secretário da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, ocupando as funções de comissário para a demarcação norte, Antônio Rolim de Moura, quem também tentou, sem sucesso,

58 Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_013, Cx. 37, d. 3448.

59 Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_013, Cx. 96, D. 7615, de 16 de janeiro de 1787

60 Ibidem.

61 ABREU, J. Capistrano de. Op. Cit., p 189.

62 ABREU, J. Capistrano de. Op. Cit., p 189.

encontrar os comissários espanhóis em Barcelos, a fim de traçar, afinal, a linha fronteira entre Portugal e Espanha no norte do Brasil.

Naquele mesmo ano, chegou até os demarcadores a notícia do falecimento de D. Fernando VI, iniciando-se na Espanha, imediatamente, uma campanha para a anulação do Tratado de 1750, o que acabou ocorrendo a 12 de janeiro de 1761, pela assinatura do convênio conhecido como El Pardo.

Mendonça Furtado faleceu em vila Viçosa, a 15 de novembro de 1769, não tendo a chance, portanto, de ver consolidadas as viagens que assentariam os marcos divisórios da fronteira norte do Brasil. Essas idas e vindas, contudo, não resultaram em perdas territoriais para Portugal no extremo norte da colônia, já que prevaleceu o direito do *Uti possidetis*, e mesmo a superação do Tratado de Madri pelos acordos de El Pardo e Santo Ildefonso não implicou anulação dos efeitos práticos da colonização portuguesa. Na verdade, o que consolidou as fronteiras foram os povoados fundados ao longo do rio Amazonas e seus afluentes, antes e depois da primeira partida para a demarcação. E mesmo com os trabalhos bilaterais de demarcação nunca iniciados, a missão dos técnicos portugueses, ou dos estrangeiros por eles contratados, não permaneceu inerte à espera dos homens da Espanha, pois, como escreveu Jaime Cortesão, “uns cartearam, outros desenharam fortalezas e um deles, o bolonhês Antônio Landi, traçou os planos de alguns edifícios civis e religiosos de Belém do Pará”⁶³.

Conclusão

Pelo exposto acima, mesmo diante da ineficácia da assinatura do Tratado de Madri sobre as terras do Cabo Norte, mas vale a pena frisar que as fronteiras passaram a ser associadas a imagens e símbolos de poder e tradições (algumas vezes inventadas). Sobre isso, escreveu o sociólogo italiano Raimondo Strassoldo⁶⁴, que revisando os significados simbólicos, psicológicos e sociológicos das fronteiras concluiu que elas têm o poder de controlar a imaginação, o que responde por suas representações literárias relacionadas a saída, perigo e ao desrespeito quanto às leis, convenções e outras formas de inibições delas derivadas. Exemplo disso, foram as representações produzidas, entre os séculos XVI e XVIII, sobre o homem, a fauna e flora Amazônicas, responsáveis pela produção de uma fronteira que oscilava entre a decrepitude e o deslumbramento. Mas, apesar de todas as comunidades humanas terem se definido, em certo grau, de acordo com suas próprias percepções de fronteiras, elas foram, algumas vezes, criadas conscientemente para promover um senso de separação e individualidade, porque difundiu-se um medo, quase que supersticioso, que caracterizou, e ainda caracteriza, as

63 CORTESÃO, Jaime. Apud: GUERREIRO, Ignácio. Fronteiras do Brasil Colonial: a cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII. In: Revista Oceanos/A formação territorial do Brasil, número 40, outubro/dezembro de 1999, p. 32.

64 STRASSOLDO Apud ANDERSON, Malcolm. Op cit, p. 3

fronteiras “fechadas”⁶⁵ ou desconhecidas. No século XVIII, por exemplo, elas eram vistas como linhas de transição entre dois mundos – atravessá-las significava fazer uma passagem para terras selvagens.

Por esse viés, historicamente, o conceito de fronteira seria um discurso do Estado baseado na expansão da sociedade nacional e na integração territorial. No entanto, esta combinação não implica o suporte coletivo do conteúdo estático de relações sociais móveis, mas sim o produto social contido no interior da percepção sociológica das relações interpessoais que concretizam o espaço fronteiriço.

Indo de encontro à afirmação de que a fronteira amazônica seria uma construção do Estado Português, ressaltamos que as obras *Caminhos e Fronteiras e Monções*, de Sérgio Buarque de Holanda, constituíram algumas de nossas principais influências sobre as condições precárias a que se submeteram os demarcadores de limites e fronteiras que atravessaram a floresta e navegaram pelo rio Amazonas e seus afluentes e que, muito mais do que estabelecer a divisão do território do Cabo Norte, estes homens por meio da relações interpessoais, trocas culturais e adaptações ao meio ambiente; construíram uma fronteira amazônica que se diferenciava daquelas imaginárias riscadas no Tratado de 1750.

Nas obras de Sérgio Buarque de Holanda, observamos mais atentamente o modo de viajar de que se valeram os sertanistas, verificando que, enquanto na capitania de Martim Afonso, os rios eram vistos como obstáculos a serem transpostos, no caso da Amazônia acabaram se constituindo nos principais caminhos que revelaram o interior da floresta. Conforme a pioneira e ainda atual análise de Alfredo Ellis Júnior, em *O Bandeirismo paulista*, diferentemente das pilhagens do Guairá, que ocorreram principalmente pela via terrestre, recorrendo-se poucas vezes à navegação pelo Paranapanema, o movimento bandeirante ocorrido na Amazônia, em meados do XVII, como a expedição conduzida por Antônio Raposo Tavares, desenrolou-se principalmente pelos rios que confluem com o Amazonas. Sérgio Buarque reforça essa imagem, afirmando estes homens “[caminharam] dias inteiros com roupa na cabeça e água pelas barbas, comendo olhos de palma”, razão pela qual – na Amazônia – o principal meio de transporte foi a jangada ou balsa, utilizada em muitas outras jornadas, inclusive na de Fernão Dias Pais, o Caçador de esmeraldas...⁶⁶

Em *Monções*, Sérgio Buarque de Holanda considera que as longas jornadas fluviais das monções cuiabanas também foram, na leitura do grande historiador, disciplinadoras, já que o rio amortecia o “ânimo tradicionalmente aventureiro daqueles

65 Este termo foi extraído de Malcolm Anderson, para quem, na história recente, a fronteira interna do Estado tem sido considerada como fundamentalmente diferente de outros tipos de fronteira, por causa da doutrina de soberania e princípio territorial. A exclusividade territorial da Nação implicava não admitir qualquer tipo de invasão feita por jurisdição externa. As pessoas confinadas pela fronteira deveriam partilhar um senso comum de fidelidade, valores e características. As fronteiras deveriam ser, vigorosa ou até violentamente, disputadas. Quanto mais fechada a fronteira, maior seu impacto como um limiar prático e simbólico, e mais forte as crenças de que um estrito controle da fronteira era essencial para a manutenção de seus poderes. (ANDERSON, Malcolm. *Frontiers: Territory and State Formation in the Modern World*. Cambridge: Polity Press, 1996, p. 6)

66 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Coleção Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro: Edições da C. E. B., 1945, pp. 22 e 25.

homens”. Mais ainda, o tamanho pequeno das canoas, “que media junto à proa, pouco mais ou menos de dois metros e meio”⁶⁷, [exigiu a] organização de homens aglomerados à popa que abdicavam, especificamente naquelas monções, da aventura individual, pois “a vida de muitos [estava] nas mãos de poucos ou de um só”. Esta situação, aliada à “ausência de espaços ilimitados, que convidam ao movimento, o espetáculo incessante das densas florestas ciliares, que interceptam à vista o horizonte (...) [influiu] poderosamente na mentalidade dos aventureiros que [demandaram] o sertão remoto”⁶⁸.

Por esse viés, Sérgio Buarque afirma que não foram somente os meios de locomoção que diferenciaram a “primitiva bandeira [da] monção de povoado”. A questão assentou-se, principalmente, na complexidade das atitudes e comportamentos determinados por cada um desses meios, fosse a pé, quando o rio era o obstáculo das primeiras, ou de barco, no caso da segunda, quando a marcha a pé ou a cavalo era uma exceção à regra⁶⁹.

A leitura de Sérgio Buarque nos inspirou a investigar o imaginário europeu sobre a Amazônia, que oscilou, nos séculos XVII e XVIII, entre um lugar inóspito e idílico. Um paraíso dourado.... Foi nessa busca pela riqueza que acabaram providenciados os desenhos das fronteiras amazônicas. Mas, além de temática, a influência do autor de *Monções* derivou para a questão teórica, principalmente, quando Sérgio Buarque propõe-se a discutir o significado de fronteira, compreendida enquanto movimento dinâmico das bandeiras que abriram os caminhos para a constituição do território nacional. Fronteira entendida “entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que se defrontavam”, cabendo, no caso específico da formação brasileira, o papel preponderante do índio revelado pelas habilidades no trato com a natureza, como as picadas deixadas na mata para que o retorno ao lugar de partida ficasse garantido e que foram vitais para a sobrevivência dos europeus no ambiente da floresta: “onde houvesse arvoredo grosso, os caminhos eram comumente assinalados a golpes de machado nos troncos mais robustos” e, em “campos mais extensos, chegavam em alguns casos a extremos de sutileza”, bastando apenas “uma vareta quebrada em partes desiguais, a maior metida na terra, e a outra, em ângulos reto com a primeira, mostrando o rio”⁷⁰.

Sérgio Buarque acrescenta, ainda, que somente os olhos treinados dos nativos poderiam perceber marcas tão discretas. Além disso, os índios também se guiavam pelos astros ou rastros, o que lhes dava a segurança nas caminhadas, tanto na ida quanto no retorno, e todas essas técnicas acabaram sendo adquiridas pelos sertanistas,

67 *Ibidem*, p. 124

68 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, p. 122.

69 *Ibidem*, p. 123

70 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, pp. 8 e 9.

que as utilizaram nas partidas sertão a dentro⁷¹.

Por fim, e comparativamente, no caso da obra *Caminhos e fronteiras* e deste artigo, apesar dos acidentes naturais constituírem marcos importantes para referenciar os trabalhos de demarcação, não será a partir de posturas deterministas que eles serão considerados⁷². Entretanto, para a consolidação de fronteiras, não basta apenas sua localização no espaço; é preciso reforçá-la, estabelecendo nos lugares uma comunidade coesa, que garanta a defesa do território⁷³. Daí a necessidade de colonizar e povoar os lugares nevrálgicos que pudessem assegurar para os portugueses o território brasileiro, já que muito mais do que o traçado de faixas ou linhas, a fronteira resulta de uma dinâmica histórico-social, de onde se extraem as próprias bases técnicas e culturais que servem para oficializar o domínio territorial.

Recebido em 19 de março de 2017.

Aprovado em 18 de dezembro de 2017.

71 Ibidem, p. 16 e 17.

72 No caso desta pesquisa, refiro-me, por exemplo, às recomendações dadas por Mendonça Furtado aos técnicos responsáveis pela segunda viagem de demarcação dos limites da Amazônia Portuguesa, aos quais determinou que navegassem “entre a boca mais ocidental do Japurá até à cordilheira que mediasse entre as bacias do Amazonas e do Orenoco. No caso dessa cordilheira não existir ou variar de rumo, os comissários ficavam autorizados a agir de acordo com o que de antemão ficava previsto no artigo IX do Tratado de Madri, segurando a fronteira do estabelecimento português mais setentrional e localizando-se um padrão no monte ou sítio mais elevado, encontrado ao norte”. (REIS, Arthur C. F. Limites e demarcações na Amazônia Brasileira, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, 2o tomo, p. 68).

73 ZIENTARA, Benedikt Op. cit., p. 308.